- LXXXIII -**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- PNAIC: FORMAÇÃO DE PROFESSORES OU PRUDUÇÃO DE RESULTADOS?****Sabrina Plá Sandini**UNICENTRO– sabrinapla@gmail.com**Romilda Teodora**Ens –PUCPR– romilda.ens@gmail.com**César Gerônimo Tello**UNLP– cesargeronomotello@yahoo.com.ar**INTRODUÇÃO**

A questão da alfabetização, sem dúvida, é muito importante para a participação cidadã em sociedades grafocêntricas, além de se constituir em uma das metas da agenda política de países enquadrados como mais populosos e com altos índices de analfabetismo.

A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE-2014), como informa o módulo “Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”, divulgado pelo IBGE. (IBGE, 2018).

Na ânsia de inverter esse quadro e de acatar as recomendações internacionais, o MEC desenvolveu inúmeras políticas e projetos tendo por foco a alfabetização e a formação continuada de professores. As políticas elaboradas a partir da década de 1990 evidenciam uma forte vinculação com documentos de organizações internacionais como o Banco Mundial, Unesco, FMI, entre outros que têm influenciado o processo de reforma educativa no país.

De acordo com Possa e Bragamonte (2018), Klein, Galindo e D’Água (2016) entre outros, no Brasil, as políticas de alfabetização, desenvolvidas em nível federal, a partir da década de 1990, definiram os seguintes programas de formação continuada para professores:

Jornal da Educação – Um saldo para o Futuro (1991), Parâmetros em Ação (1999), GESTAR – Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (2000), PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (2001), PRALER – Programa de Apoio à Leitura e a Escrita (2003), PRÓ-LETRAMENTO - Programa de Formação Continuada de professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem (2005) e PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012).

O PNAIC deu continuidade às políticas de formação de professores alfabetizadores anteriormente citadas, firmando o compromisso de assegurar a alfabetização a todas as crianças até oito anos de idade. (BRASIL, 2012).

Shiroma e Evangelista (2015, p. 316) destacam que as políticas de formação de professores nas últimas décadas são direcionadas à formação ao “pronto atendimento às necessidades do mercado de trabalho em constante mutação. [...] genericamente referidas como demanda de novas competências e habilidades para a ‘sociedade do conhecimento’”. As autoras nos alertam como essas reformas são conduzidas levando à precarização da formação de professores e de suas condições de trabalho, pois vão em sentido contrário à ideia de produção de “conhecimento”.

Assim, nesse texto, objetivamos colaborar com a reflexão sobre a formação de professores por meio do PNAIC, na busca da qualidade na educação e compromisso de alfabetizar todos as crianças até aos oito anos de idade, bem como a produção de resultados impostos por Organizações Multilaterais.

DESENVOLVIMENTO

Diante dos resultados negativos do desempenho escolar dos estudantes, o Brasil, como outros países, identifica como foco do problema, a formação dos professores, o que em parte justifica a implementação do PNAIC. Possa e Bragamonte (2018) evidenciam a (co)responsabilização dos professores em muitos documentos e identificam a relação direta com documentos internacionais, demonstrando que o pacto em torno da alfabetização está no discurso das políticas globais de investimento na equidade e na qualidade da educação.

Nesse sentido, Shiroma e Evangelista (2015, p. 323) evidenciam que os professores, apesar de serem denominados como protagonistas da reforma, na verdade “são alvo privilegiados das políticas educativas de controle nas últimas décadas”. Consideram que o discurso da qualidade na educação, presente nos textos políticos, como uma armadilha para

o estabelecimento de consenso em torno das reformas educacionais. Anuem e esclarecem Tello e Mainardes (2015, p. 51), no que afirmam:

O ‘clima pós-neoliberal’ dá-se pela circulação de uma série de discursos políticos em favor da qualidade da educação e do direito à educação, em um contexto em que a educação em geral e o trabalho docente não são valorizados; em que há promulgação de novas leis de educação; e, em alguns países, novas relações são estabelecidas com o Banco Mundial e Banco Interamericano desarrollo, em termos de políticas educativas em geral (Grifo dos autores).

Assim, no bojo das necessidades de reprodução do capital, percebe-se como o controle da formação e trabalho docente são uma poderosa estratégia para viabilizar o “projeto histórico capitalista – e a tentativa de intervir no trabalho docente por meio da avaliação de resultados, gerando um processo de reificação, ademais a de produzir uma indébita e vergonhosa expropriação do conhecimento e do saber-fazer dos professores”. (SHIROMA e EVANGELISTA, 2015, p. 322)

Nesse sentido, consideramos como Possa e Bragamonte (2018) que o PNAIC tem se constituído como um dos modos de produção de subjetividades docentes para que estejam performaticamente emparelhadas com as metas indicadas, tentando solucionar, os baixos índices e resultados negativos.

CONCLUSÃO

Os indicadores e as informações estatísticas são interpretados de tal modo que passam a ordenar e regular metas e estratégias que devem ser atingidas, não necessariamente tangenciadas pela realidade sócio-histórico e cultural das populações a serem atendidas, mas usadas para a implementação de políticas públicas, como o PNAIC. Nesse sentido, concordamos com Ball (2005), que essa cultura da performatividade⁵² é um mecanismo-chave para governar.

⁵² Ball (2005, p. 544) “A performatividade é alcançada mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados: a tendência para nomear, diferenciar e classificar”.

Possa e Bragamonte (2018) alertam do perigo produzido pelos processos de avaliação, o qual pode ser associado a ideia de *accountability*, e às formas e usos dos resultados que os alunos aprenderam na escola, interpretações essas, que desgastam o serviço público e alimentam a liberdade de mercado e consumo educacional.

Para concluir, nos inspiramos nas palavras de Mészáros (2005, p.45) para pensarmos sobre a formação de professores dentro desse cenário neoliberal no contexto educacional: “Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa [...] de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental”.

Essa discussão está longe de se encerrar, pois são muitos os desafios relacionados à formação de professores, desafios contornados por aspectos econômicos, políticos, culturais, e como declaram Tello e Mainardes (2015, p. 44) as políticas docentes são “um complexo entrelaçado de múltiplas influências”, uma construção social, com diversos atores e interesses e luta de poderes.

REFERÊNCIAS

BALL, S. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. *Educação & Sociedade*, Campinas: SP, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 jan 2019.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa*. Brasília, DF, MEC, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

IBGE: Notícias. *Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015*. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>> Acesso em 02 de janeiro de 2019.

KLEIN, A.M.; GALINDO, M. A.; D'AGUA, S. V. N. de L. Os significados da formação docente desenvolvida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 129-150, jan./abr. 2016 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> . Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

POSSA, L. B.; BRAGAMONTE, P. L. de A. Efeitos das políticas internacionais e a emergência do PNAIC – PACTO no Brasil. *Roteiro*, Joaçaba, v.43,n1, p.155-184, jan/abr, 2018.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Formação Humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 10, n. 20, jul./dez.2015

TELLO, C.; MAINARDES, J. Políticas docentes na América Latina: entre o neoliberalismo e o pós-neoliberalismo. In: ENS, R.T. VILLAS BÔAS, L. BEHRENS, M.A. (Orgs.) *Espaços Educacionais: das políticas docentes à profissionalização*. Curitiba: PUCPress, 2015. p. 31- 62.